

EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1525123 - RS (2015/0074976-8)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

EMBARGANTE : CARLOS AVELINO FONSECA BRASIL

ADVOGADOS : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS - DF005939  
GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA - RS023021  
RAQUEL PAESE - RS015663  
RENATO KLIEMANN PAESE E OUTRO(S) -  
RS029134  
ANDRÉA BUENO MAGNANI MARIN DOS SANTOS  
- DF018136  
MAURO DE AZEVEDO MENEZES - DF019241

EMBARGADO : UNIÃO

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. RESÍDUO DE 3,17% SOBRE A VANTAGEM DOS 28,86%. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO NO TÍTULO EXECUTIVO. VEDADA A AMPLIAÇÃO DO ALCANCE DO TÍTULO EXECUTIVO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRARIEDADE. MERO INCONFORMISMO DA PARTE. NÃO CABIMENTO DOS DECLARATÓRIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO PARTICULAR REJEITADOS.

1. Os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado. Excepcionalmente o Recurso Aclaratório pode servir para amoldar o julgado à superveniente orientação jurisprudencial do Pretório Excelso, quando dotada de efeito vinculante, em atenção à instrumentalidade das formas, de modo a garantir a celeridade, eficácia da prestação jurisdicional e a reverência ao pronunciamento superior, hipótese diversa da apresentada nos presentes autos.

2. Todas as questões trazidas no Apelo Especial foram devidamente enfrentadas, restando consignado, a Corte de origem rechaça expressamente a tese defendida pelo embargante consignando que **as verbas pretendidas não restaram abrangidas pelo título executivo**, concluindo que o pedido configura indevida ampliação dos limites do título executivo original e alteração do pedido inicial.

3. Assim revela-se inviável a análise da questão controvertida dos autos, porquanto demandaria, necessariamente a reanálise do acervo probatório da causa. Assim, a revisão do aresto, na via excepcional do Recurso Especial, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

4. Dos próprios argumentos despendidos nos Aclaratórios, verifica-se não se tratar de qualquer omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada, mas de mera pretensão de reforma do julgado com base no inconformismo da parte ora embargante com a solução jurídica ali aplicada; pretensão incabível nesta via

5. Embargos de Declaração opostos pelo Particular  
rejeitados.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho  
Relator